

A classe média cresce, a pobreza cai



05.08.2008 - Pesquisa dá base científica a propostas de governo voltadas à nova classe média

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou nesta terça, 5, resultados de pesquisa baseada na renda obtida do trabalho (de pessoas de 15 a 60 anos) que comprova um crescimento extraordinário da classe média brasileira entre 2004 e 2008: ela passou de 42,26% para 51,89% da população economicamente ativa (PEA). E mais: com base em dados do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a FGV constata uma redução da pobreza de 13,5 pontos percentuais entre 2002 e 2008 em seis regiões metropolitanas, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

O estudo intitulado "A Nova Classe Média" dá, assim, fundamento estatístico às reiteradas afirmações do presidente Lula de que a pobreza no País vem diminuindo de forma significativa em seu governo, e base científica sólida a algumas propostas apresentadas pela candidata Marta Suplicy para uma nova gestão na prefeitura de São Paulo, fundadas na constatação da emergência de uma nova classe média e na consolidação de setores médios mais tradicionais na cidade. As propostas de suporte ao empreendedorismo, jovem em especial, e de organização de fontes de crédito e inovação tecnológica para pequenas empresas, já apresentadas por Marta, estão entre as que se enraízam nessa visão da emergência de uma nova classe média nos últimos quatro anos.

São Paulo é, aliás, das seis regiões metropolitanas incluídas na pesquisa apresentada pelo economista Marcelo Néri, a que tem a melhor situação do País em termos da estratificação social: 54,68% de sua população economicamente ativa pertencem à classe média. Na sequência, vêm Belo Horizonte (53,90%), Porto Alegre (53,67%), Rio de Janeiro (52,42%), Salvador (41,28%) e Recife (36,67%).

O estudo da FGV considera de classe média (classe C) uma família com renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Renda superior a R\$ 4.591 cabe aos extratos A e B, ou seja, à elite econômica da população. Na classe D, os chamados remediados ganham entre R\$ 768 e R\$ 1.064, enquanto na classe E, estão as famílias pobres, com rendimentos abaixo de R\$ 768. Não foi só a classe média que se expandiu de forma considerável em apenas quatro anos. Também os segmentos de maior poder aquisitivo, as classes A e B, passaram de 11,61% para 15,52% da população, enquanto na classe D, o número de famílias caiu de 46,13% para 32,59% da população.

Marcelo Néri observou que a redução da pobreza e o crescimento da classe média refletem diretamente o aumento do emprego com carteira assinada. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), só nos seis primeiros meses do ano foram

gerados 1,36 milhão de novos postos de trabalho, num aumento de 24,3% em relação ao primeiro semestre de 2007, recorde para o período. A previsão é fechar o ano em 2 milhões de novos postos com carteira assinada.

IPEA

Um segundo estudo divulgado nesta terça em Brasília, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicou que o percentual de famílias pobres caiu de 35% para 24,1% da população nas seis maiores regiões metropolitanas do País entre 2003 e 2008. Isso representa uma redução de quase um terço no percentual de pobres, ou cerca de 4 milhões de pessoas.

O IPEA considera como pobres pessoas em famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo (R\$ 207,50). Já o percentual de indigentes (renda de até R\$ 103,75) caiu pela metade no mesmo período: de 13,7% para 6,6%, uma redução de quase 3 milhões de pessoas nessa condição.